

A arte de se fazer respeitar

Arthur Schopenhauer

CAPÍTULO I

Sobre A Honra E A Verdade

MÁXIMA 1

A honra é a opinião dos outros sobre nós, ou seja, a opinião daqueles que sabem de nós e, mais precisamente, a opinião geral que aqueles que nos conhecem têm sobre o nosso valor sob um aspecto qualquer a ser seriamente considerado, e que determina as diferentes espécies de honra. Nesse sentido, pode-se chamá-la de representante do nosso valor no pensamento dos outros.

MÁXIMA 2

Uma tal opinião, como mero pensamento nas cabeças alheias, não pode ter um valor em si e por si. Pois os pensamentos alheios, privados da possibilidade de se tornarem efetivos, poderiam tranquilamente ser considerados como inexistentes e, em si, não pode não ser indiferente para mim se Caio pensa isso ou aquilo a meu respeito ou se pensa o mesmo de Simprônio. Nada pode ser-me mais indiferente do que seus pensamentos toma-

dos em si e por si, quer dizer, enquanto eles não influírem externamente sobre mim⁷. A opinião dos outros só tem, pois, um valor enquanto determinar, ou puder ocasionalmente determinar, o *comportamento* deles em relação a mim, tendo, portanto, um valor apenas relativo. No entanto, é justamente isso o que acontece enquanto vivo com os homens e entre eles. E, uma vez que no estado civilizado devemos aos demais e à sociedade tudo aquilo que num sentido ou em outro é nosso, e já que precisamos dos outros em todas as nossas atividades – e os outros, para se relacionarem conosco, precisam confiar em nós –, a opinião deles sobre nós tem um valor que, embora indireto, é o mais alto: *bonne renommée vaut mieux que ceinture dorée* [uma boa reputação vale mais do que uma algibeira repleta de ouro].

MÁXIMA 3

À primeira vista, aquilo que determina a opinião geral que os outros fazem de nós, ou seja, a honra, não é a nossa natureza *verdadeira*, mas aquela *aparente*; é a verdadeira apenas na medida em que a aparente coincide com ela. Por isso, a honra e o valor que ela representa

são de duas espécies: pode-se perder a honra sem ter perdido o valor, e vice-versa. Portanto, crimes podem ser cometidos para salvar a honra, quer dizer, o próprio valor é sacrificado em prol da opinião alheia e inversamente. Vejam-se os casos de José e de Hipólito⁸. Não podem significar outra coisa a não ser o fato de todos gostarem de ter uma opinião sobre tudo mas não terem vontade de indagar seriamente. Tanto sobre a honra, como sobre a fama, pode-se aplicar a máxima de Gracián: “Las cosas no pasan per lo que son, sino per lo que parecen” [“As coisas não são consideradas por aquilo que são, mas por aquilo que parecem”, Baltasar Gracián, *Oráculo manual y arte de prudencia**,]. Todavia⁹, isso vale bem me-

nos para a honra do que para a *fama*: esta se origina a partir de realizações extraordinárias, que são *feitos* ou *obras*; os feitos na batalha têm poucos testemunhos diretos, mas desses, que raramente são imparciais, depende tudo o que segue. Por isso, o *feito*, como algo prático, entra de certo modo na capacidade de julgamento de um indivíduo, contanto que os dados que recebe sejam fidedignos. Em contrapartida, para o julgamento das *obras*, que são algo teórico, poucos são aptos, e quanto menos o são tanto maior a qualidade das obras; por isso, os dados permanecem firmemente inamovíveis e podem, se preciso, esperar pelo mundo vindouro¹⁰. Por outro lado, a honra

repousa, como veremos a seguir, em coisas que são esperadas de alguém que pertença à mesma classe e das quais cada indivíduo é um juiz competente. Nesse caso, o erro só é possível pela falsificação dos dados: essa, porém, não é fácil a longo prazo, pois a esfera de ação de cada um é o juiz de sua honra, e a falsa aparência pode, portanto, enganar facilmente um indivíduo, mas dificilmente todo o mundo. Em conclusão, a regra é que nossa verdadeira natureza determine a opinião geral, e a exceção é que ela seja apenas aparente.

Já que a ação dos outros em relação a mim tem de concernir a meu bem e a meu mal-estar para que não me seja indiferente, sua opinião, portanto a honra, só tem valor por meio da influência em ambos. A vida, porém, é a condição de todo bem, e a morte é o extremo e o limite de todo mal; desse modo, pode não ser verdadeiro o ditado que se escuta freqüentemente, “a honra vale mais do que a vida”. Pois a honra é apenas um meio para se obter aquilo que torna a vida agradável ou suportável. A vida ou a vida suportável (de acordo com esse ponto de vista empírico) é, pois, a finalidade; e o meio não pode ser mais válido do que o fim. Além disso, uma vez que se perde a vida, ela não pode ser readquirida; no entanto é possível reconquistar a honra, por exemplo pelo desmascaramento de um engano, pela aquisição de nova honra em outro âmbito e, em todo caso, por uma forte mudança do clima geral, e assim por diante. Com isso, não se quer, porém, negar que certas vezes os indivíduos não só colocam a própria vida em jogo pela honra, o que ainda é compatível com o dito acima, mas chegam até mesmo a sacrificá-la. Tal fato só se explica porque o ser humano, ao se concentrar nos meios, freqüentemente perde de vista o objetivo¹².

MÁXIMA 5

A honra tem um caráter *negativo*, o que a distingue da fama, que tem um caráter *positivo*, a saber: a primeira não é a opinião sobre qualidades especiais que se acrescentam a nós, mas sobre as que, via de regra, espera-se que não nos falem. Ela apenas significa que não somos exceção, enquanto a *fama* significa que o somos. A *fama* deve primeiro ser conquistada e justamente mediante a demonstração de qualidades que nossos semelhantes não possuem e que nos distinguem. Quem não tem *fama* não a perdeu; antes, ainda não a conquistou. A *honra*, por sua vez, compreende-se por si mesma, e quem não tem nenhuma é porque certamente a perdeu por meio de ações. Em contrapartida, uma pessoa pode tê-la sem que se possa indicar o que fez para obtê-la, o que nos leva a pressupor que, eventualmente, se comporta de um modo e não de outro, sendo suficiente que até agora não se tenha provado o contrário. Desse modo, o caráter da honra é negativo, o que se mostra também pelo fato de se basear com mais freqüência naquilo que deixamos de fazer do que naquilo que fazemos e de conferir mais prescrições negativas do que positivas. A fama é, pelo contrário, positiva e conquistada apenas mediante determinados feitos (ou obras) especiais. A honra diz respeito somente a qualidades que cada semelhante nosso deve ter e que se compreendem por si mesmas: a honra de um indivíduo é a convicção geral dos outros de que não lhe fal-

tam tais qualidades e, portanto, a partir desse ponto de vista, de que ele não é nenhuma exceção à regra.

MÁXIMA 6

No entanto, essa negatividade não pode ser confundida com passividade. O caráter da honra é negativo, muito embora ativo em alto grau. Em outras palavras, ela se origina do sujeito honrado, e não de algo fora dele. Nossa honra vem de dentro, e não de fora, caso em que seria passiva. Tem sua raiz em nós, ainda que floresça no exterior. Apóia-se em nosso comportamento, e não naquilo que nos sucede, vindo de fora; ela está τῶν ἐφ' ἡμῶν [entre as coisas que dependem de nós]. Ninguém pode dá-la a nós ou tirá-la de nós senão nós mesmos, excetuando-se o caso da difamação. Eis por que seria mais certo dizer que cada um é o artífice da própria honra e da própria felicidade¹³. Mesmo que a opinião geral, tal

como a do indivíduo, esteja sujeita ao erro e à ilusão, ela não o é, no entanto, no mesmo grau e por tempo tão longo quanto a individual: pois o público, ou a esfera de ação de cada um, é um Argo de cem olhos que perscrutam tudo. Nós o enganamos, mas nunca por muito tempo, e a honra baseia-se em coisas das quais ele é um juiz competente, tão logo tenha os dados necessários. A difamação é finalmente descoberta e a hipocrisia, desmascarada¹⁴. Sendo assim, não há meio mais *seguro* para a conservação da honra do que sermos dignos dela, ou seja, mantermo-nos fiéis nas palavras e ações à verdadeira retidão. Por isso, muitas vezes a honra é vista no entendimento cotidiano como idêntica e sinônima dessa sua fonte e, não obstante subsista por completo fora de nós, ou seja, na mente alheia, costumamos considerá-la sempre como uma parte da nossa personalidade, conforme também indicam todas as expressões correntes que lhe dizem respeito, como “um homem honrado” ou “um homem sem honra”. Essa última também se aplica a quem ainda não perdeu sua honra, mas que, com sua conduta, mostra não se preocupar em conservá-la.

MÁXIMA 7

A honra, isto é, a opinião geral dos outros, tem como fundamento último a suposição de que o homem nunca muda, mas permanece como é e que, portanto, será sempre como se mostrou por uma vez. Donde o inglês *character* significa “bom nome”, “reputação”, “honra”. Por isso mesmo a honra, uma vez perdida, não pode ser restabelecida de modo algum¹⁵. Isso a distingue de todos os outros bens e lhe dá quase um valor absoluto. Disse Shakespeare:

*Good name in man and woman, dear my lord,
Is the immediate jewel of their souls.
Who steals my purse steals my trash; 'tis something,
[nothing;
'T was mine, 'tis his, and has been slave to thousands.
But he that filches from me my good name
Robs me of that which not enriches him¹⁶.*

Somente quando a perda da honra se deve a um engano ou se originou da difamação ou da falsa aparência é que pode ser restabelecida pelo desmascaramento. Nesse caso, porém, sua perda também foi apenas aparente, uma vez que ela não se perdera de fato, mas apenas se extraviara por algum tempo. Por outro lado, há ainda um restabelecimento da honra realmente perdida no caso da mudança de situação ou de nome. Por fim, pode-se perder uma espécie de honra e, no entanto, manter as demais que são mais gerais. Por exemplo, quem perdeu sua honra pública, mas ainda mantém sua honra privada. Analogamente, muitos desistem de *uma* espécie de honra, mas atêm-se firmemente às outras; por exemplo, alguém que engana no seu comércio, mas não furta em absoluto: é um larápio, mas pode-se acreditar na sua palavra.

*L'honneur est comme une isle escarpée et sans bords:
On n'y peut plus rentrer dès qu'on en est dehors.*

MÁXIMA 8

Os diferentes tipos de honra derivam dos diferentes aspectos nos quais os outros têm ou possam ter conta-

tos sérios conosco, portanto no caso em que devam formar uma opinião sobre nós para adquirir confiança em relação a nós. Os aspectos mais importantes dessa espécie são: o que é meu e o que é teu, o ato de assumir compromissos, a relação sexual. Disso surgem a honra privada em sentido estrito, a honra pública e a honra sexual, cada uma delas com subtipos.

a) A honra privada

A honra privada de um homem é a opinião alheia de que ele é totalmente probo, isto é, de que respeita verdadeiramente todos os direitos dos outros e que portanto nunca se utilizará de meios injustos ou ilícitos para a aquisição de propriedade e outras vantagens, nunca se permitirá nenhuma forma de chicana ou extorsão, manterá a palavra dada e cumprirá os compromissos assumidos; finalmente, como cidadão, demonstrará, acima de tudo, respeito pela lei. Ele perderá sua honra assim que se tornar público que agiu contra esses princípios, mesmo que num único caso: desse modo, basta qualquer condenação penal para privá-lo da honra. A difamação e a calúnia lesam-na; por isso, a lei assegura-a em tais casos por meio de leis contra a difamação, os escritos anônimos caluniosos e a injúria¹⁸. Se a honra lhe for muito cara, ele

mesmo remediará tais acusações por meio de contraditórios judiciais e extrajudiciais, solicitando um inquérito sobre seu procedimento. Em tais casos, a salvação de sua honra consiste propriamente no contraditório formal, e não no castigo de quem o desonrou, o que só tem valor para ele como reforço do contraditório e intimidação de novos ataques.

São espécies particulares da honra privada: a honra do comerciante, que exige a aplicação do que foi dito quanto às relações mercantis, com o maior escrúpulo e segundo as normas vigentes, como honrar pontualmente um aceite, o resgate imediato de uma letra de câmbio devolvida por protesto, uma justa aspiração ao lucro, a abstenção de qualquer chicana e de pretensões excessivas, bem como de qualquer sombra de fraude e coisas semelhantes. Análoga é a honra específica de toda profissão e de todo ofício. Há que se acrescentar também a honra da empresa, segundo a qual os atos ilegais cometidos em seu interior também dizem respeito ao seu dono etc.

b) A honra pública

A honra pública¹⁹ é a opinião geral dos outros, segundo a qual um funcionário público possui de fato todas as

qualidades necessárias para ocupar seu cargo e cumpre pontualmente suas obrigações. Quanto mais importante e maior for a esfera de atuação de um homem no Estado, quanto mais alto e influente for a posição que ocupa, tanto mais elevada tem de ser a opinião sobre as capacidades intelectuais e as qualidades que o tornam idôneo para ela. Tanto maior é, portanto, seu grau de honra, cujas expressões são seus títulos, suas ordens e assim por diante, bem como a conduta submissa dos outros diante dele. Cargos, títulos e condecorações são expressões da vontade de quem os outorga, para que aquele que os recebe seja honrado. Estão para a honra enquanto tal como o papel-moeda está para as moedas de prata, sendo que a nota poupa o trabalho de contar, mas pode ser boa ou ruim, dependendo da qualidade do caixa que a distribui. É o câmbio tirado da opinião geral, cujo valor repousa no crédito dos que o sacam. O inverso é a declaração pública de infâmia, o vilipêndio das armas, a degradação, a proscrição, que se referem ao que foi mencionado acima. E têm-se visto casos em que nem mesmo tais atos conseguem lesar a honra: assim, ela é e permanece a própria opinião, e não seus sinais exteriores, constituindo uma essência imaterial. A honra pública exige ainda que o funcionário mantenha o respeito pelo próprio cargo, pelos seus colegas e seguidores, seja cumprindo pontual-

mente seus deveres, seja não deixando impunes os ataques ao cargo e a si mesmo enquanto o exerce, isto é, diante de declarações de que ele não exerce sua função pontualmente ou de que não trabalha para o bem comum; deve provar, por meio das penas previstas pela lei, que as acusações eram injustas²⁰.

Subespécies são: a honra pública dos servidores do Estado, dos médicos, dos advogados, de todos os professores públicos e até mesmo de todo graduado; em suma, de qualquer indivíduo que, mediante um ato público, tenha sido qualificado para realizar uma determinada obra intelectual e tenha se empenhado para tanto. Numa palavra, é a honra de todos os que assumiram publicamente um compromisso. Pertence também a esse caso a verdadeira *honra militar*: esta exige que quem se empenhou em defender a pátria comum possua realmente as qualidades necessárias a tal objetivo – portanto, sobretudo coragem, ousadia e força –, e que esteja honestamente pronto para defender sua pátria até a morte e, acima de tudo, nunca abandone a bandeira pela qual jurou.

c) A honra sexual

A honra sexual²¹ divide-se em honra feminina e honra masculina: a prioritária e mais significativa é a feminina, já que, na existência da mulher, a relação sexual é a mais importante. No caso de uma jovem, a honra feminina consiste na opinião geral dos outros de que ela não se entregou a nenhum homem, e, no caso de uma mulher, de que ela se entregou apenas ao homem com quem se casou.

Em relação ao sexo masculino, a honra sexual é a opinião de que um marido, tão logo venha a saber do adul-

tério de sua mulher, irá separar-se dela e castigá-la se for possível.

Essa espécie de honra apresenta muitas características que a distinguem das outras duas e pode ser deduzida e entendida apenas a partir das peculiaridades de relacionamento entre os sexos. Enquanto o sexo feminino exige e espera tudo do masculino, ou seja, tudo o que deseja e de que precisa, o masculino exige do feminino, em primeiro lugar e diretamente, apenas uma coisa. Por essa razão, teve de ser estabelecida a convenção que permite ao sexo masculino obter do feminino aquela única coisa de que precisa em troca da aceitação de cuidar de tudo. Sobre tal convenção repousa o bem-estar de todo o sexo feminino. E é para fazer valer esse estado de coisas que o sexo feminino tem de se manter unido e, por conseguinte, ter *esprit de corps*; enquanto um todo de tal natureza, enfrenta todo o sexo masculino que, pela preponderância de suas forças intelectuais e físicas, é o detentor de todos os bens terrenos. E o enfrenta como ao inimigo comum, que tem de ser vencido e conquistado para que, com sua posse, chegue-se também à posse dos bens terrenos. Esse é o objetivo da máxima de honra de todo o sexo feminino, segundo o qual deve ser negado ao masculino todo concúbito extraconjugal e concedido, porém, o conjugal, quer o casamento seja celebrado apenas no civil, como na França, ou no religioso, de modo que cada um é obrigado ao matrimônio, que representa uma capitulação. Somente pela observância geral desse

procedimento, ou seja, pelo casamento, é que o sexo feminino poderá alcançar o sustento que lhe é necessário. Por tal razão, ele próprio cuida da manutenção desse *esprit de corps* entre seus membros. Por isso também, toda moça que comete, por meio de uma relação extraconjugal, uma traição contra todo o seu sexo – cujo bem-estar cairia por terra com a generalização desse modo de conduta –, logo é banida e coberta de vergonha, isto é, perde sua honra. Nenhuma mulher pode mais ter contato com ela, e a opinião geral lhe nega todo o seu valor. Ela passa a ser evitada como se fosse uma enferma pestilenta. O mesmo destino encontra a adúltera, uma vez que não respeitou a contratada capitulação do homem em que repousa a salvação do sexo feminino. Mas isso acabaria por desencorajar tal capitulação, já que a generalização desse modo de conduta a transformaria em motivo de brincadeira e zombaria. Por fim, devido à sua grosseira falta de palavra e ao engano perpetrado na sua conduta, a adúltera perde, além da honra sexual, a privada: por isso se diz sempre, como uma expressão indulgente, “uma moça pervertida”, mas não uma “mulher pervertida”.

Quando se reconhece, de acordo com essa visão clara, que o princípio da honra feminina é um *esprit de corps* necessário e benéfico, porém calculado e baseado no interesse, pode-se atribuir-lhe a maior importância para a existência feminina e, assim, um grande valor relativo, todavia jamais um valor absoluto, que ultrapasse a vida e que se adquira ao preço desta. É, pois, impossível aplau-

dir as ações exageradas de Virgínio e Lucrecia. Nesse caso, como freqüentemente acontece, esquece-se totalmente do objetivo em favor do meio. Desse modo, atribui-se à honra feminina um valor absoluto, enquanto ela, mais que todas as demais honras, só tem um valor relativo, convencional (Melita, Astarte da Babilônia, Heródoto), pois em países e épocas em que o concubinato estava de acordo com a lei, a concubina permanecia honrada²², e algumas condições sociais podiam até mesmo tornar impossível a forma externa do casamento. Muitas vítimas de sangue, que são sacrificadas no infanticídio à honra feminina, mostram sua origem não puramente natural. Todavia, uma jovem que se entrega ilegalmente infringe o vínculo de fidelidade que a relaciona com todo o seu sexo: essa fidelidade, porém, é admitida apenas tacitamente, não sob juramento, e já que quem sofre, na maioria dos casos, é mais diretamente sua própria vantagem, sua loucura acaba sendo muito maior do que sua maldade.

A honra masculina é a que é suscitada pelo *esprit de corps* da outra parte. Exige apenas que quem aceitou a capitulação tão favorável à parte feminina, ou seja, o casamento, pelo menos agora fique atento para que ele seja respeitado, para que esse *pactum* não perca a sua firmeza com a generalização de tal tolerância, e os homens, no momento em que entregam tudo à mulher, tenham abso-

luta certeza daquilo que adquiriram, isto é, a posse exclusiva da mulher. Sendo assim, a honra do marido exige que ele puna o adultério de sua mulher e vingue-se dela com a separação ou outro meio; se, estando ciente, suportá-lo, será coberto de vergonha pelo *corps* masculino. Tal punição, porém, não é tão drástica quanto a do sexo feminino, pois para o homem a relação sexual é subordinada e ele mantém muitas outras relações.

A salvação dessa honra masculina é o tema da tragédia de Calderón, *O médico da própria honra*. Note-se que ela exige apenas o castigo mulher, mas não do amante, o que prova sua origem a partir do *esprit de corps* masculino e confirma a sexta máxima, que diz ser nossa honra firmada e fundada apenas em nosso próprio fazer e omitir, não na injustiça que um outro comete contra nós. A necessidade de castigar a mulher, cujo erro, se ficar sem castigo, envergonha o homem, não contradiz o que foi dito, porque deriva do mencionado *esprit de corps*, portanto, de uma consideração bastante particular, e porque a vergonha do homem não é diretamente o adultério da mulher, mas a tolerância dele.

d) A honra nacional

Em razão da completude, deve ser ainda mencionada a *honra nacional*²³. Ela é a honra de todo um povo

como parte da grande comunidade dos povos e, portanto, é considerada em seu interior como se fosse um indivíduo. Por um lado, seus princípios são os mesmos dos da honra civil e, por outro, dos da cavalheiresca²⁴.

Essa honra é justificada com referência aos Estados, uma vez que eles não possuem outra proteção²⁵.

e) A honra da humanidade

Por *honra da humanidade* entende-se a opinião que os atos de cada indivíduo deveriam despertar aos olhos de um observador externo imaginário sobre os homens em sua totalidade. Tem a única desvantagem de que, enquanto as máculas de toda honra individual são lavadas com a morte, as da humanidade permanecem: tais como a condenação de Sócrates, a crucificação de Cristo, o assassinato de Henrique IV, a Inquisição e o comércio de escravos.

CAPÍTULO II

A honra segundo a loucura

Por último, e separadamente de todas as outras, deve ainda ser considerada uma espécie bem particular de honra, que tem seus próprios princípios e se diferencia totalmente das que consideramos até agora. Compreendendo várias espécies, que chegam a se contradizer em parte, é chamada de *pseudo-honra*. Com efeito, não vemos seus princípios se produzirem, como os das anteriores, a partir de um entendimento correto, que tem em mira a necessidade e o apreço de uma confiança geral, mas sim de uma manifesta falta de entendimento. Em última análise, a fundamentação de todas as suas máximas não é, como anteriormente, a razão, mas a animalidade ou a brutalidade²⁷.

Essa espécie é, pois, a *honra cavalheiresca* ou o *point d'honneur*. E, se a verdadeira honra até aqui tratada encontra-se e vive em todos os povos da Terra e em todos os tempos, ainda que apenas com pequenas modificações, que surgem de circunstâncias locais e temporais, essa outra honra, em contrapartida, restringe-se à Europa cristã, desde o tempo da cavalaria, e a algumas poucas classes, portanto, a uma minoria relativamente pequena da humanidade. Quando, mais tarde, as leis dos Estados favorecem de todos os modos a honra universalmente válida, essa outra é contrariada por toda parte, infelizmente com pouco êxito, uma vez que é difícil intimidar, por meio de ameaças, pessoas que brincam com a própria vida e que as leis só podem atacar o efeito, não a razão do mal, que consiste em honrar aqueles princípios cujo código pretendo expor a seguir com conceitos claros, porém concisos, como talvez nunca tenha sido feito.

Os princípios do código cavalheiresco são os seguintes: menciono, antes de mais nada, aqueles que contradizem as máximas do código anterior, e exponho os princípios fundamentais por último, segundo uma ordem ascendente. Sendo assim, nesse código sigo mais o método analítico, enquanto no primeiro segui o sintético (*c'est assez superfin*).

MÁXIMA 1 – CONTRA 1

A honra *não* é de modo algum a opinião geral dos outros sobre nosso valor, mas consiste e existe *apenas* na *exteriorização* e, de fato, em cada exteriorização individual de tal opinião, sem considerar se a opinião expressa existe realmente ou não e, menos ainda, se tem um fundamento.

Assim, os outros podem ter de nós, em consequência de nossa conduta ao longo da vida, um péssimo conceito e até nos desprezar, mas enquanto ninguém se atrever a declará-lo publicamente, nossa honra estará preservada; e, ao contrário, se por causa de nossas qualidades e condutas forçamos todos os outros a ter-nos em alta conta (pois isso não depende, felizmente, de seu arbítrio), basta que apenas um²⁸ manifeste seu despreço por nós, mesmo que seja infundado, e nossa honra será ferida e poderá se perder para sempre, caso não seja restabelecida. Uma prova supérflua de que ela *não* provém da *opinião* dos outros, mas apenas da sua *exteriorização*, é que declarações difamatórias podem ser *retiradas*, como se nunca tivessem sido feitas; se, nesse caso, a opinião da qual surgiram também mudou, e por qual razão isso se deu,

MÁXIMA 2 – CONTRA 6

A honra de um homem não repousa naquilo que ele *faz*, mas, ao contrário, no que ele *sofre*, ou seja, no que lhe acontece; e se, de acordo com os princípios da honra anteriormente expostos, a honra de cada um depende do que ele próprio diz ou faz, a cavalheiresca depende do que diz ou faz qualquer outro: ela se encontra, portanto, na mão, ou melhor, na ponta da língua desse indivíduo e pode ser reconquistada somente por meio da reabilitação da honra já indicada, colocando em risco a vida, a liberdade e os bens de quem a possui. Por conseguinte, mesmo que a conduta de um homem seja a mais íntegra e nobre, seu espírito, o mais puro, e sua mente, a mais lúcida e perspicaz, ele pode perder sua honra a qualquer instante, ou seja, tão logo passe pela cabeça de alguém, que ainda não tenha infringido essas leis da honra, ultrajá-lo, ainda que essa pessoa seja, de resto, a mais cruel e mais estúpida de todas – como ocorre na maioria dos casos –, pois “*ut quisque contemtissimus et ludibrio est, ita solutissimae linguae est*” [quanto mais desprezado e ludibriado for um indivíduo, mais sua língua será solta; citado livremente a partir de Sêneca, *De constantia sapientis*, 11, 3]. Se for injuriado, isto é, se lhe for atribuída

uma qualidade negativa, isso será tomado de antemão como um juízo objetivo, um decreto válido, que permanecerá verdadeiro e vigente se não for lavado com sangue. Do contrário, o ultrajado é e fica sendo aquilo que o outro (mesmo que seja o último dos mortais) disse que ele é, pois, como diz o ditado, “a carapuça lhe serviu”. Mas o outro ainda pode fazer mais, pode – Deus o livre! – acertar-lhe um golpe. Oh, que pensamento horrível! Pois um golpe é o maior mal do mundo, é o *summum malum*, pior que a morte e a maldição²⁹: o mero pensamento de um golpe faz com que o cavaleiro fique com a pele arrepiada e o cabelo eriçado. Ó Deus, como pensar o mais horrível dos males, a vergonha das vergonhas, nesse código sagrado! Um golpe é uma desonra mortal tão completa que, se outras ofensas a ela devem ser lavadas com sangue, essa exige, para ser lavada, também um golpe mortal³⁰.

MÁXIMA 3 – CONTRA 7

A honra, graças a Deus, nada tem a ver com o que o homem é em si e por si, nem com o que possa ou não mudar ou sutilezas semelhantes. Quando for ferida, ela pode ser restabelecida de imediato e por completo com um único método universal, o duelo³¹. Se, porém, o ofen-

sor da nossa honra não pertence à classe dos que são reconhecidos de preferência no *codex* da honra cavalheiresca, ou se já tiver agido contra esse *codex*, ou ainda se for possível supor que ele não o respeitará, então se pode, sobretudo se no ultraje já se chegou às vias de fato³², agir energicamente e, tendo uma arma ao alcance da mão, matá-lo logo. Assim, a honra é restabelecida. Mas, se, por temor aos aborrecimentos que podem surgir, o ultrajado quiser evitar essa solução extrema, ou se não souber se e até que ponto o ofensor se submeteu às regras do presente *codex*, então um paliativo é o *avantage*, que consiste no seguinte: se o outro foi rude, ser ainda mais rude; se não der certo com os insultos, golpear. Nesse caso também se encontra um *clímax* de salvação da honra: bofetadas se curam com bastonadas, e estas com chicotadas, contra as quais alguns recomendam o ato de cuspir como sendo eficaz. Somente quando esses meios não se mostrarem eficientes é que se tem de passar a operações cruentas. Esses métodos paliativos fundam-se propriamente nas máximas que seguem.

MÁXIMA 4

A *grosseria* é uma propriedade que, em questão de honra, substitui e supera qualquer outra. Se alguém demonstra durante uma discussão um conhecimento de causa mais correto, um amor mais forte pela verdade ou um juízo mais sensato a nosso respeito, ou mesmo uma superioridade intelectual que nos coloque à sombra, podemos eliminar esta ou qualquer outra superioridade, bem como nossa inferioridade exposta, tornando-nos inversamente superiores por meio da grosseria: uma grosseria supera e vence qualquer argumento. E, se nosso opositor não a rebater com uma grosseria ainda maior, e nos empenharmos na nobre competição do *avantage*, seremos os vencedores, com a honra do nosso lado. Assim, a verdade, o conhecimento, o espírito e o engenho têm de ser empacotados e postos fora de campo pela divina grosseria. Por isso, os homens de honra, tão logo alguém expresse uma única opinião diferente da deles e que talvez ameace revelar-se mais certa, imediatamente se preparam para montar seu cavalo de batalha e pôr-se em campo³³.

Essa máxima apóia-se de novo na seguinte, que é propriamente a máxima fundamental e a alma de todo o *codex*.

MÁXIMA 5

O supremo tribunal da honra, ao qual se pode apelar em todas as controvérsias com qualquer outro indivíduo, seja ele quem for, é o da *superioridade física*, isto é, da *animalidade*. Toda grosseria é, de fato, uma apelação para a animalidade, pois declara incompetente a luta das forças intelectuais ou dos direitos morais, bem como suas decisões por meio de razões, e põe no seu lugar a luta das forças físicas, que, no caso da espécie humana – de acordo com Locke, um *tool-making animal* [um animal fazedor de instrumentos]³⁴ –, atua no duelo com as armas que lhe são próprias e promulga uma decisão irrevogável. De acordo com essa máxima fundamental, que é uma

variante daquilo que se define ironicamente por “direito do mais forte”, a honra cavalheiresca poderia ser chamada, de modo bastante apropriado, de “honra do mais forte”³⁵. Ela é um fragmento do “direito do mais forte” em vigor na Idade Média, que se extraviou escandalosamente no século XIX.

MÁXIMA 6

Se anteriormente vimos que a sociedade civil é muito escrupulosa nas questões do meu e do teu, dos compromissos assumidos e da palavra dada, em contrapartida, o presente *codex* mostra a respeito a mais nobre liberdade. Com efeito, só *uma* palavra não pode ser quebrada, a palavra de honra, isto é, a palavra acompanhada da exclamação: “Pela minha honra!” O que permite presumir que qualquer outra palavra dada pode ser quebrada. E mesmo quando a palavra de honra é quebrada, pode-se ainda, quando necessário, salvar a honra recorrendo ao meio universal, o duelo com aquele que afirma que teríamos dado a palavra de honra. Para ir mais longe, existe *uma única* dívida que tem de ser incondicionalmente

paga, a dívida de jogo. Quanto às demais dívidas e à falta de seu pagamento, pode-se, de resto, calotear judeus e cristãos: isso não prejudica minimamente a honra cavalleiresca³⁶.

Esse seria, pois, o código³⁷. Nesse sentido, parecem bem estranhos e extravagantes, se formulados em conceitos precisos e expressos com clareza, aqueles princípios fundamentais, aos quais até hoje, na Europa cristã, rendem homenagem os que pertencem à chamada boa sociedade e ao chamado *bon ton*. Aliás, muitos dos que foram inculcados desde a tenra juventude por esses princípios, com discursos ou exemplos, chegam a acreditar mais firmemente neles do que em qualquer catecismo, nutrem em relação a eles um respeito profundo e sincero e estão, a cada instante, prontos para sacrificar, com toda serie-

dade, a própria felicidade, a paz, a saúde e a vida³⁸ em seu favor. Sendo assim, crêem que aqueles princípios têm suas raízes na natureza humana e, conseqüentemente, são inatos e subsistem *a priori*, elevando-se acima de qualquer verificação. No que me concerne, não quero ferir os sentimentos dessas pessoas, porém devo dizer que isso honra pouco sua inteligência. Por isso, a categoria a que esses princípios são menos adequados é aquela destinada a representar a inteligência no mundo, a se tornar o sal da terra e que, portanto, deve preparar-se para esta grande profissão: a juventude estudante que na Alemanha, infelizmente mais do que qualquer outro grupo social, preza tais princípios. Em vez de lembrar com calor a essa juventude estudiosa as desvantagens ou a imoralidade das conseqüências dos ditos princípios – como certa vez o

fez, quando eu também era estudante, numa *declamatio ex cathedra*, o péssimo filosofastro Johann Gottlieb Fichte, que o mundo erudito alemão continua a considerar seriamente como filósofo –, limitar-me-ei a dizer-lhes o que segue. Vós, cuja juventude recebeu como tutora a língua e a sabedoria da Hélade e do Lácio, e que tivestes o inestimável cuidado de deixar cair precocemente sobre vosso espírito jovem os raios luminosos dos sábios e nobres da bela Antiguidade, quereis eleger como fio de prumo de vossa conduta esse código da incompreensão e da brutalidade? Vede como ele, exposto em claros conceitos, se apresenta diante de vós na sua miserável limitação e deixai que seja a pedra de toque não de vosso coração, mas de vosso entendimento! Se não o rejeitardes de pronto é porque vossa mente não é adequada para trabalhar num terreno onde as exigências necessárias são uma enérgica capacidade de julgar, que rompa facilmente os vínculos dos preconceitos, e um entendimento corretamente preparado para separar com clareza o verdadeiro do falso, mesmo onde a diferença entre eles permanecer escondida nas profundezas e não for, como aqui, tão evidente. No entanto, meus caros, num estado de coisas como este, procurai sobreviver no mundo de um modo que seja honesto, tornai-vos soldados ou aprendei um ofício, que é um precioso recurso.

Como dito anteriormente, os seguidores do código de honra consideram seus princípios como surgidos da natureza humana e, portanto, como inatos. Diante de tal afirmação, como diante do sagrado temor e respeito com que

mesmo os encanecidos seguidores daquele princípio de honra freqüentemente mencionam suas leis, não pode deixar de rir aquele que conhece algo dos gregos e romanos e dos tão cultos povos asiáticos e orientais do nosso tempo, em suma, quem conhece algo mais da humanidade do que os últimos séculos, que estão se libertando das trevas da Idade Média nesta décima parte cristã da terra habitada. Todos esses povos não souberam nem sabem nada dessa honra e de suas máximas, não conhecem nenhuma outra honra a não ser a que foi antes analisada. Em todos, o homem vale por aquilo que sua conduta mostra dele, e não por aquilo que apraz a alguém dizer dele; em todos eles, algo que alguém faz ou diz pode aniquilar sua própria honra, mas não a de um outro, e um golpe é para eles apenas um golpe, tal como o que mais perigosamente um cavalo ou um asno pode acertar-lhe. Sob certas circunstâncias, pode provocar a cólera, mas nada tem a ver com a honra. E todos esses povos também tinham guerreiros e não eram menos valentes que nós. Eu diria que os gregos e os romanos também foram soldados e mesmo verdadeiros heróis, mas nada sabiam do *point d'honneur*: o duelo não era coisa dos nobres do seu povo, mas de gladiadores a soldo, de escravos abandonados e de criminosos condenados que, alternando-se com bestas ferozes, eram atçados uns contra os outros para divertimento do povo³⁹. Quando, certa vez, um che-

fe teutônico desafiou Marius para um duelo, este mandou dizer-lhe: “Se ele está cansado da vida, que se enforque”, e enviou-lhe um pequeno gladiador decrépito, com quem ele poderia bater-se (*Freins-hemii supplementum in locum Livii libri LXVIII*, c. 12, vol. 8, p. 331)⁴⁰. Quão pouca noção até mesmo os maiores heróis tinham do significado terrível de um golpe é demonstrado por Plutarco em seu relato sobre Temístocles, a saber, que este, num conselho de guerra, entrou em desacordo com o comandante da frota Euribíades sobre as medidas a serem tomadas, tendo a disputa entre os dois se esquentado de tal modo por meio de palavras mordazes, que Euribíades levantou a bengala para golpear Temístocles, mas este nem ao menos pôs a mão na espada, dizendo apenas: “Golpeia-me, mas ouve-me.”⁴¹ Em vão o leitor “de honra” espera aprender de Plutarco que, depois desse fato, nenhum oficial

teria querido mais servir junto a Temístocles. Essa idéia não passa pela mente de ninguém.

E o que não faziam os filósofos nessa época sem honra! Quando alguém deu um pontapé em Sócrates porque seu moralizar o desagradava, ele o suportou pacientemente e disse a quem se espantou: “Se um asno tivesse me batido, teria eu o acusado em juízo?” (Diógenes Laércio, *Vidas dos filósofos*, II, 5, 21). E quando alguém disse a Sócrates: “Não achas que ele te insultou e te ultrajou?”, sua resposta foi: “Não, o que ele diz não me toca” (Diógenes Laércio, *Vidas dos filósofos*, II, 5, 36). Crates tinha irritado com suas indiretas o músico Nicodromo, que, por isso, deu-lhe uma bofetada tal que seu rosto ficou inchado e ensangüentado. Crates pendurou então sobre sua testa, acima da face golpeada, uma tabuleta com a inscrição: Νικόδρομος ἐποίησεν, *Nicodromos fecit* (Diógenes Laércio, *Vidas dos filósofos*, VI, 5, 89), exatamente como o nome do artista é indicado junto às obras de arte. E assim ele perambulou para que todos pudessem ver a infâmia daquele citaredo, que cometera tal brutalidade contra um homem que (segundo a expressão de Apuleio, *Florida*, 4) era honrado como um semideus, um *lar familiaris*.

O mesmo fez Diógenes quando recebeu golpes de alguns jovens por ter se apresentado mal barbeado ao banquete deles. Temos sobre isso uma carta de próprio punho endereçada a Melesipo, na qual ele diz: “Dizem-me que estás triste porque os filhos embriagados dos atenienses deram-me bastonadas e que o tomas a peito como se a

própria sabedoria tivesse sido maltratada. Mas sabe que o corpo de Diógenes foi com efeito golpeado, porém a sua virtude não foi ultrajada, pois, por gente desprezível, não se pode nem ser honrado, nem ultrajado.” No original: “Ἦκουον δὲ λελυπησθαι, ὅτι τὰ Ἀθηναίων τέκνα πληγᾶς ἡμῖν ἐνέτεινι μεθύοντα, καὶ δεινὰ πάσχειν, εἰ σοφία πεπαρόνηται. εὖ δ' ἴσθι ὅτι τὸ Διογένοους μὲν ἐπλήχθη σῶμα ὑπὸ τῶν μεθυόντων, ἀρετὴ δὲ οὐκ ἡσχύνθη. ἐπεὶ μήτε κοσμεῖσθαι πέφυκεν ὑπὸ φαύλων, μήτε αἰσχύνεσθαι, etc. (Diógenes, *Epistola ad Melisippum*, in: *Notae* de Isaac Casaubon a Diógenes Laércio, *Vidas dos filósofos*, VI, 33, ed. [Marcus] Meibomius, [apud Henricum Wetstenium], Amstelaedami, 1692)⁴².

Como vemos, os bons antigos consideraram que a palavra e o ato podem trazer honra ou vergonha sempre e somente para aquele do qual provêm e para nenhum outro. Concordam nesse sentido com um arguto escritor italiano contemporâneo, Vincenzo Monti, que pensa que as injúrias são semelhantes às procissões: sempre voltam para o lugar de onde partiram.

Mas, uma vez que os contrários se esclarecem reciprocamente, queremos oferecer como antítese, e para as pessoas “de honra” como antídoto, um exemplo que esclarece como a mesma circunstância é considerada na nossa época iluminada e refinada.

Uma autêntica peça de coleção do gênero, um modelo para todos os homens “de honra”, oferece-nos o excepcional Diderot em sua genial obra-prima⁴³, *Jacques le fataliste et son maître*⁴⁴:

Dois homens de honra, um dos quais se chamava Desglands, fazem a corte a uma mesma mulher. Um dia sentam-se à mesa um ao lado do outro diante dela, e Desglands esforça-se para chamar sua atenção com uma conversa bastante animada, enquanto ela, distraída, parece não ouvi-lo, mas dirigir seu olhar sempre para o rival. Então o ciúme faz com que a mão de Desglands, que naquele momento segura um ovo fresco, se contraia de modo doentio, estourando o ovo, cujo conteúdo espirra no rosto do rival. Este faz um movimento com a mão, mas Desglands segura-o, sussurrando-lhe ao ouvido: “*Monsieur*, é como se tivesse sido eu a recebê-lo.” Segue-se um grande silêncio no grupo. No dia seguinte, Desglands aparece com um largo emplastro preto e redondo na

face direita. Segue-se o duelo: o adversário de Desglands é ferido gravemente, mas não morre. Desglands diminui um pouco seu emplastro. Depois do restabelecimento do adversário, um segundo duelo: Desglands tira sangue do seu adversário e, por isso, diminui de novo seu emplastro. Assim acontece cinco ou seis vezes. Depois de cada duelo, Desglands diminui o medicamento até o adversário morrer⁴⁵. Ó nobre espírito da antiga época dos cavaleiros!⁴⁶

Mas, para falar francamente, quem, ao comparar essa história característica com o que foi dito anteriormente, não terá de dizer aqui, como em muitas ocasiões: “Como eram grandes os antigos e como são pequenos os modernos!”?

Espero que o que foi dito até agora seja suficiente para ter-se a certeza de que o princípio da honra cavaleiresca não pode ser algo originário, proveniente da própria natureza humana. Mas de onde vem, então? Manifestamente é um filho daquela época em que os punhos eram mais utilizados do que o juízo, em que a padralhada conseguia subjugar e enevoar a razão por completo: a escura Idade Média, o período da cavalaria. É sabido que antigamente casos jurídicos difíceis foram decididos por meio

de ordálios e juízos divinos: para as mulheres consistiam na prova da água, do ferro em brasa, entre outras; para os homens, no duelo, não apenas para os cavaleiros, mas também para os cidadãos comuns (Shakespeare nos dá um belo exemplo em *Henrique VI*, parte II, ato 2, cena 3). Na maioria dos casos, podia-se também apelar ao duelo, de modo que, em vez da razão, na cadeira do juiz eram colocadas a força física e a destreza, ou seja, a animalidade, e o que decidia sobre o justo e o injusto não era o que alguém tinha feito, mas o que ele tinha sofrido, em perfeito acordo com o princípio do *point d'honneur*.